



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

AS NOVAS FACES DO CONSERVADORISMO À BRASILEIRA: o ajuste fiscal e o embate hegemônico

ELIANA ANDRADE DA SILVA ¹
ALICE SANTOS DE OLIVEIRA ²
ANA PAULA SANTOS DA SILVA ²

RESUMO

O presente estudo busca analisar os elementos econômicos e ideológicos do ajuste fiscal enquanto um projeto conservador e suas particularidades na realidade brasileira. A pesquisa é norteadada pelo método crítico-dialético que permite compreender o objeto em suas múltiplas determinações. Os procedimentos teórico-metodológicos do estudo são baseados essencialmente na pesquisa bibliográfica e documental, a partir das categorias de análise elencadas. As análises demonstram que o acirramento da crise do capital conduz o avanço do conservadorismo ao nível global, como estratégia de manutenção do poder das classes dominantes. O discurso conservador ascende no país, no cenário de crise política e econômica generalizada sob a forma de um novo conservadorismo à brasileira.

Palavras-Chave: Ajuste Fiscal. Conservadorismo. Políticas Sociais.

ABSTRACT

The present study seeks to analyze the economic and ideological elements of fiscal adjustment as a conservative project and its particularities in the Brazilian reality. The

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

2 Estudante de Graduação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

research is guided by the critical-dialectical method that allows understanding the object in its multiple determinations. The theoretical-methodological procedures of the study are essentially based on bibliographic and documental research, based on the analysis categories listed. The analyzes show that the intensification of the capital crisis leads to the advance of conservatism at the global level, as a strategy to maintain the power of the dominant classes. Conservative discourse ascends in Brazil, in the scenario of generalized political and economic crisis.

Keywords: Fiscal Adjustment. Conservatism. Social Policies.

INTRODUÇÃO

O presente estudo³ foi desenvolvido durante a experiência da Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Tem como objetivo analisar os elementos econômicos e ideológicos do ajuste fiscal enquanto um projeto conservador e suas particularidades na realidade brasileira.

Nesse sentido, o cenário é marcado pela congruência entre crise do capital e crise sanitária que, desde 2020, tem agudizado em ampliado as determinações universais da ordem burguesa madura – concentração e centralização do capital, exploração do trabalho e acumulação da riqueza privada – as quais assumem particularidades em face da formação social econômica brasileira, cujos traços são de um modelo de capitalismo dependente. Assim, a crise sanitária não é a causa da crise econômica, mas as estratégias de recomposição do capital no século XXI que aprofundaram as contradições da crise pandêmica no Brasil, especialmente, no contexto do governo de Jair Messias Bolsonaro.

Neste momento histórico, o quadro das expressões da Questão Social revela os impactos causados nas condições de vida das classes subalternas, tais como o

³Este estudo foi desenvolvido sob abordagens de natureza qualitativa e quantitativa, utilizando-se estratégias da pesquisa social, a partir das categorias de análise elencadas. Os procedimentos teórico-metodológicos do estudo são baseados essencialmente na pesquisa bibliográfica e documental, mediante a elaboração de roteiro de pesquisa, no emprego da técnica de análise de conteúdo para interpretação das informações. Os documentos analisados foram os Planos Plurianuais (2012-2015, 2016-2019), Uma Ponte para o Futuro (2015) e Um ajuste justo: uma análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil (Banco Mundial, 2017).

desemprego (em média 12%), ampliação das desigualdades sociais e econômicas, ampliação dos índices de pobreza e o aumento da fome. Os dados obtidos pela rede Penssan (2022) revelam que em 28,0% dos domicílios havia incerteza quanto ao acesso aos alimentos, além da qualidade da alimentação já comprometida (insegurança alimentar leve).

Nesse sentido, o processo de ajuste fiscal, no Brasil, que é iniciado ainda nos anos 1980 e se acirra nos anos 2000, concomitante, ao processo de contrarreforma do Estado vem se intensificando permanentemente. Segundo Brettas (2020), o ajuste fiscal é realizado na direção de alteração do regime fiscal e política cambial do país e na utilização do fundo público. Neste cenário de austeridade fiscal, no que se refere as políticas sociais e seu financiamento público três aspectos são evidentes: a) adoção de um ajuste fiscal permanente que resulta na destituição de direitos; b) estímulos a iniciativa privada (isenção de impostos) e incentivo a privatização de educação e saúde; c) ampliação do crédito estímulo a criação da figura do consumidor e empreendedor.

No cenário recente, as medidas de ajuste são implementadas de forma acelerada “pelo alto”⁴, a exemplo dos Projetos de Lei (PLs) que visam alterar a política fiscal do país, com destaque para o PL 54/2016 sobre o equilíbrio e responsabilidade fiscal, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016 que versa sobre o novo regime fiscal e a PEC 31/2016 que trata da Desvinculação dos Recursos da União. Além da Emenda Constitucional 95/2016 que limita o teto de gastos, da Lei da Terceirização, da Reforma Trabalhista e da Reforma da Previdência, representam um conjunto de iniciativas que vem caracterizando o desmonte da proteção social e de ajuste permanente. O conservadorismo do projeto econômico vigente se expressa no binômio: o rebaixamento dos custos da força de trabalho (através da desvalorização salarial e da terceirização de força de trabalho) e a desintegração dos sistemas de proteção social (através da reforma da previdência).

Diante destas evidências, partimos do pressuposto que o ajuste fiscal se

⁴Conceito adotado por Florestan Fernandes (2020) para referenciar o padrão que predomina nas formações socioeconômicas de capitalismo dependente.

constitui como um fenômeno multifacetado, integrante de um projeto civilizatório conservador que expressa uma dimensão econômica, política, ideológica e cultural. No ideário social, requer a construção de uma “opinião pública” favorável às ações de ajuste implementadas. Assim, a dimensão ídeocultural do ajuste fiscal vem à tona, à medida em que tenta elaborar um discurso social, a fim de legitimar o ajuste, sobretudo, com a criação da figura do “Estado gastador” e ineficiente na gestão dos recursos públicos.

Analisar o ajuste fiscal e o conservadorismo sob o prisma da totalidade requer acompanhar os dinamismos intrínsecos a esta relação, tendo em vista que nos ancoramos na articulação dialética entre os fenômenos que ocorrem na base material e suas relações com a superestrutura da sociedade. No cenário mundial atual, é possível identificar uma “onda conservadora”, nos termos de Demier & Hoelever (2016), tanto na esfera econômica como na esfera superestrutural presente nas medidas de enfrentamento à crise do capital. Assim, a eleição de governos ultraconservadores, a ampliação da xenofobia, a defesa moral do mercado, as pautas pró armamentistas, o fundamentalismo religioso são algumas das tendências de fortalecimento de um conservadorismo que se espalha pelo globo e chega ao Brasil, denotando características particulares. Podemos assim tratar de um novo conservadorismo à brasileira, do qual o ajuste fiscal não é a única manifestação, mas apenas sua expressão material. Nesse sentido, podemos tratar da emergência de um recente fenômeno: o novo conservadorismo à brasileira, o qual trata-se de uma reelaboração do neoconservadorismo americano que se expressa no país, a partir de 2013, através das manifestações de junho sob a direção da “nova direita” – grupo que encontrou um cenário favorável de crise política e econômica generalizada, para fazer avançar suas pautas econômicas baseadas nos princípios liberais do Estado mínimo, e ideológicas sob o discurso conservador de defesa dos valores da família, da pátria e da religião, do militarismo e pró armamentista.

No item a seguir, trataremos de uma das relações do novo conservadorismo à brasileira e suas raízes históricas e teórico-políticas.

1. O conservadorismo de Edmund Burke e o novo conservadorismo à brasileira

O cenário recente é marcado por determinações de ordem mundial tais como o aguçamento da crise econômica, mas também é reconhecidamente marcado pela chegada (ou perpetuação) no poder, de grupos conservadores como assistimos nos Estados Unidos em 2016 com Donald Trump, na Hungria com Viktor Orbán – que assume em 2022 o quinto mandato como presidente e Jair Bolsonaro eleito em 2019, no Brasil. Para além de ser um fenômeno histórico, o conservadorismo deita raízes nos quadros das mudanças advindas do projeto da modernidade. Assim, o conservadorismo em sua concepção clássica, fundado por Edmund Burke, surge como pensamento reacionário às transformações sociais ocorridas no Pós-Revolução Francesa e pós-revolução industrial. Na elaboração de 1790, Edmund Burke se posiciona a favor do feudalismo, da hierarquia, das relações de parentesco, da família patriarcal, da Igreja, da comunidade local e da autoridade moral, manifestando seu tradicionalismo, seu caráter restaurador e seu combate ao iluminismo. Por esta razão o conservadorismo se constitui historicamente como base de sustentação do capitalismo.

As concepções conservadoras de Estado, sociedade e indivíduo tem sido ao longo do tempo atualizadas como baluartes do discurso conservador. De acordo com as reflexões de Souza (2016), o conservadorismo é uma ideologia que ascende em momentos de crise, ou seja, visando a manutenção da ordem vigente frente ao perigo de uma revolução social consegue implementar reformas “pelo alto”, ao mesmo tempo em que aglutina os discursos das classes dominantes produzindo um ambiente político e cultural antirrevolucionário (SOUZA, 2016, p. 143) na propagação do ideário da coesão social.

O pensamento conservador desempenha, portanto, o papel de mecanismo ideológico que obtém o apoio social para legitimar a implementação da agenda neoliberal, por meio do ajuste fiscal, da privatização, da desregulamentação, da terceirização e da precarização do trabalho implementando o ataque regressivo aos

direitos da classe trabalhadora.

Nos tempos atuais, identificamos um neoconservadorismo, no qual

a reconciliação do conservadorismo com o liberalismo completou-se na incorporação da ideia de que o lucro é a mediação fundamental do desenvolvimento, individual e coletivo. Daí em diante, o mercado livre passa a ser visto como portador e fundador das possibilidades de explicitação das capacidades humanas. Os ("neo") conservadores se adiantaram, desde então, ao trabalho de recuperar na tradição conservadora clássica, todos os indícios que poderiam aproximar Edmund Burke a Adam Smith. Realizada essa tarefa, tornou-se possível reclamar os princípios liberais com a rubrica da tradição conservadora, acrescida da força da tradição liberal (SOUZA, 2015, p. 218).

A incorporação do pensamento conservador no Brasil, se dá a partir da influência do conservadorismo britânico e norte americano e ascende no contexto de acirramento da crise do capital e da crise político-econômica brasileira, a partir dos anos 2010. Na atualidade, o novo conservadorismo brasileiro trata-se de uma reelaboração do neoconservadorismo americano, tendo a “nova direita” como protagonista deste processo (LACERDA, 2019). Esse novo ator político ganhou forte expressão nas redes sociais, nos partidos conservadores, bem como, no parlamento, através de grupos conhecidos como “a bancada da bala, da bíblia e do boi”.

A partir de 2013, esse movimento conservador ascendeu fortemente, durante as manifestações de junho que imprimiu as bases do impeachment contra a presidente Dilma Rousseff em 2016, articulado pela classe dominante sob o discurso anti esquerda (SOUZA, 2016). Nessa trama, os setores econômicos conservadores encontraram um ambiente ideopolítico favorável para avançar o projeto de ajuste fiscal e de redução do Estado com foco reduzindo os custos do trabalho e desmantelando a proteção social conquistada pelos trabalhadores e suas organizações políticas.

Felipe Demier (2016) afirma que, a partir da segunda metade dos anos 2000, o Brasil está irreconhecível, tendo em vista o direitismo e o conservadorismo comportamental, tal como o reacionarismo cultural, os quais ressoam em alto e bom som, sem os constrangimentos ideopolíticos do período anterior, dirigido por um grupo direitista que existe no país desde o período da redemocratização. Camila Rocha (2021) destaca que a “direita envergonhada” existe há cerca de quarenta

anos no país e estava organizada, em geral, em torno da defesa do livre mercado e no apego a alguns princípios e ideias conservadoras, pelos quais sentia certos constrangimentos em publicizar. Mas, no cenário atual, nos questionamos: quais os determinantes do surgimento da nova direita no Brasil? Quais traços conferem particularidades?

Os eventos que tangenciam o “escândalo do mensalão” em 2006 são considerados como os primeiros acenos da nova direita brasileira. O Movimento Endireita Brasil (MEB) atua neste período requisitando a deposição do então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. A empreitada política deste grupo não logrou êxito em face dos avanços econômicos do governo e, paradoxalmente, o resultado foi o fortalecimento do fenômeno do Lulismo⁵. As dificuldades políticas deste grupo de utilizar os mecanismos políticos tradicionais fizeram com que migrassem para o cenário que se abria àqueles opositores do governo de Luís Inácio Lula da Silva: a internet. Formam-se comunidades digitais, blogs, sites de antipetistas, direitistas, e opositores do governo. O Orkut⁶ criado em 2004 abre o campo da nova direita brasileira cujos valores giram em torno da defesa da família tradicional, do anticomunismo, do militarismo e dos valores de mercado. Não se trata de um grupo homogêneo, mas o antipetismo e a luta contra a corrupção são os valores de agregação destes. Assim, o núcleo do neoconservadorismo, cujas bases advêm do norte global, “é a ideia que a família é a resposta às disfunções sociais e não o Estado” (ROCHA, 2021, p. 18).

Traço peculiar deste novo conservadorismo à brasileira é o discurso anticomunista e o combate a “hegemonia gramscista” que, para a nova direita, estaria sendo realizada nos governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Roussef. Para este grupo a “hegemonia gramscista”⁷ estaria presente em todas as instituições estatais, principalmente na escola, nas

⁵Segundo Rocha (2021) este termo é indicativo da relevância de Luís Inácio Lula da Silva na política brasileira.

⁶Apesar da importância desta plataforma já em finais de 1990, Olavo de Carvalho criou um blog para difundir suas ideias. O site Mídia sem máscaras foi de grande repercussão na internet desde 2002.

⁷Nos limites deste artigo não conseguimos desenvolver a crítica a esta noção, mas é necessário apontar que se trata de uma vulgata a noção de hegemonia desenvolvida por Antônio Gramsci na sua obra. A nova direita encontra no autor sardo um de seus inimigos.

universidades, nas instituições culturais. Nesse sentido, a nova direita passa a tensionar as lutas políticas recentes e obtém algumas vitórias políticas no Brasil, passando a ocupar cargos no legislativo e no executivo, além de manter uma atuação contínua na esfera da sociedade civil através de seus *think tanks*⁸. As eleições brasileiras de 2014, 2016 e principalmente de 2018 são emblemáticas da presença da nova direita brasileira e as pautas econômicas, tais como Mais família e Menos Estado, liberdade individual irrestrita, liberdade de mercado e ajuste de contas públicas passam a se constituir como agenda governamental como veremos a seguir.

2. O ajuste fiscal enquanto projeto conservador

Para entendermos como se dá a relação entre o ajuste fiscal e o conservadorismo, é necessário compreender as determinações sócio históricas da crise estrutural inerente à sociedade capitalista, assim como, as contradições do atual processo de financeirização que exaspera as políticas de ajuste fiscal vigentes.

No pós Guerra, com os Estados Unidos à frente do acordo de Bretton Woods, foram definidos parâmetros para a economia global com o objetivo de promover assistência externa ao desenvolvimento econômico dos países mediante empréstimos financeiros via os organismos internacionais criados na mesma época: o Banco mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A partir dos anos 1980, no cenário de governos autoritários na América Latina, o processo de políticas de empréstimos aos países mais pobres, ocasionou no endividamento acelerado e na crise da dívida externa desses países. Como desdobramento, o ajuste estrutural foi imposto como mecanismo de retomada do desenvolvimento econômico dos países endividados, por meio das reformas estruturais nas políticas setoriais, corte nos gastos sociais, e a ênfase na privatização dos serviços públicos, tornando o ambiente propício ao investimento de capital estrangeiro (PEREIRA, 2009).

⁸Este termo é utilizado para designar os aparelhos privados de hegemonia (conforme Antônio Gramsci) que atuam na difusão de ideologias.

Nesses termos, a política de ajuste fiscal promovida pelas instituições financeiras internacionais foi operada por intermédio do discurso da crise fiscal e do Estado ineficiente em relação ao gasto público, justificando a adoção de medidas de austeridade em função da retomada do desenvolvimento econômico.

Em nossa realidade, o processo de ajuste tem início ainda nos anos 1980, se consolida na década de 1990 e é acirrado nos anos 2000, tendo como metas o avanço do processo de privatização de empresas e serviços públicos, os incentivos ao capital estrangeiro e o estabelecimento de metas de superávit que, associados, geraram um estrangulamento fiscal e orçamentário do setor público brasileiro (MAGALHÃES, 2017).

No cenário recente, as medidas de ajuste são implementadas de forma acelerada (padrão resultante de formações de capitalismo dependente, nos quais o ritmo do desenvolvimento ocorre com a queima de etapas empreende modelos de contrarrevolução preventivas e “pelo alto” excluindo as massas, conforme atesta Florestan Fernandes (2020).

A experiência brasileira demonstra a o ritmo frenético das medidas de ajuste fiscal, as quais vem sendo implementadas a todo vapor no âmbito do Estado, a exemplo dos Projetos de Lei (PLs) que visam alterar a política fiscal do país, com destaque para o Projeto de Lei (PL) 54/2016 que versa sobre o equilíbrio e responsabilidade fiscal, os Projetos de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016 que versa sobre o novo regime fiscal e a PEC 31/2016 que versa sobre a Desvinculação dos Recursos da União (DRU), a qual permite que os recursos destinados para os gastos sociais sejam desviados para o pagamento de juros da dívida pública.

Essas medidas são resultantes da implementação de uma programática ultraliberal-conservadora que incide fortemente nos serviços públicos com o contingenciamento dos recursos e o desfinanciamento dos serviços sociais. Trata-se do processo denominado de contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003), o qual se constitui através de profundas alterações nas ações governamentais asfixiando os investimentos públicos nas políticas sociais (saúde, educação, habitação etc), em contraposição à tendência de expansão das políticas sociais que vigora, durante o início da década de 2000. A contrarreforma do Estado pode ser compreendida como

parte de um projeto conservador marcado por regressão nos direitos sociais, nas garantias trabalhistas e na fragilização da proteção social. As recentes alterações legislativas como a PEC 95 que congela o teto de gastos por vinte anos, a Lei da Terceirização (13429/2017), a Reforma Trabalhista (Lei 13467/2017) e a Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº103/2019) expressam o teor regressivo e conservador intrínseco a contrarreforma do Estado, tendo em vista que engendrou um profundo retrocesso ampliando os lucros das elites econômicas em detrimento dos direitos sociais dos trabalhadores.

De um lado, observa-se a reorientação das funções sociais e econômicas do Estado, no que concerne a administração da questão social e suas manifestações. De outro, as classes subalternas - público por excelência das políticas sociais públicas - sofrem os impactos desse processo concretizado, através do desemprego⁹, do aumento da desigualdade social e dos índices de pobreza e da fome¹⁰. Dessa forma, o ajuste fiscal se constitui em uma tentativa do governo brasileiro em reconquistar a aliança com as classes dirigentes com a incorporação do discurso da “retomada do crescimento”, a partir da redução de juros, do aumento do superávit primário e da retomada da confiança do mercado no Governo.

Analisar o ajuste fiscal e conservadorismo sob o prisma da totalidade requer acompanhar os dinamismos intrínsecos a esta relação, tendo em vista que nos ancoramos na articulação dialética entre os fenômenos que ocorrem na base material e suas relações com a superestrutura da sociedade. No atual contexto, a

9O desemprego tem atingido em média 12% da população brasileira. No cenário de amplo desemprego, o trabalho por conta própria (precarizado) tem sido uma forma de ocupação dos trabalhadores, a qual tem crescido no país. Segundo dados do DIEESE (2022), o rendimento dos trabalhadores por conta própria que começaram a trabalhar durante a pandemia equivalia a 69% do recebido por aqueles que começaram antes. Além disso, 3 em cada 4 trabalhadores que passaram a trabalhar por conta própria mais recentemente não tinham CNPJ e não contribuíam com a previdência. Esses trabalhadores se concentraram mais nos setores de comércio, transporte e alimentação, em ocupações elementares (que exigem pouca escolarização).

10Os dados obtidos pela Rede Penssan (2022) revelam que 41,3% dos domicílios estavam em situação de Segurança Alimentar, enquanto em 28,0% havia incerteza quanto ao acesso aos alimentos, além da qualidade da alimentação já comprometida (insegurança alimentar leve). Restrição quantitativa aos alimentos ocorria em 30,1% dos domicílios, dos quais 15,5% convivendo com a fome (insegurança alimentar grave). Em termos populacionais, são 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com insegurança alimentar e mais de 33 milhões em situação de fome (insegurança alimentar grave).

proposta de ajuste fiscal se associa a um projeto de contrarreforma do Estado de caráter regressivo e conservador. Regressivo porque desconstrói direitos e garantias sociais e econômicas, e conservador porque busca imprimir a sociedade um discurso e uma cultura do atraso, colocando em discussão questões como redução da maioria penal, criminalização do aborto, incentivo a homofobia, entre outras questões que incitam o preconceito e a discriminação de classe, raça/etnia e gênero. Nesse sentido, denota-se que o ajuste fiscal se constitui como um fenômeno multifacetado, constituinte de um projeto civilizatório conservador que expressa uma dimensão econômica, política, ideológica e cultural.

Conforme Magalhães (2017), o mundo experimenta um processo de mundialização orientado pela hegemonia do capital financeiro. Em meio a este processo, os setores dominantes apostam na estratégia de impor ao Estado o papel de resolutividade das crises econômicas gestadas no e pelo mercado, resultando em uma drenagem de recursos públicos para o setor privado. Nesse sentido, as elites econômicas operam uma ofensiva alterando a política fiscal dos países defendendo a hipótese (não comprovada) de déficit orçamentário do Estado, em virtude de um pretenso agigantamento das funções da máquina governamental. Assim, o objetivo da política fiscal sob a hegemonia financeira “é a manutenção da estabilidade e do crescimento econômico e a sustentabilidade intemporal da dívida pública” (MAGALHÃES, 2017, p. 57).

O projeto de contrarreforma do Estado indicado pela agenda de ajuste fiscal é orientado pelos ditames do capital financeiro. No interior deste projeto encontra-se uma estratégia de controle do Estado submetendo suas ações ao movimento do mercado, no sentido de reduzir suas funções sociais. Compõe esta estratégia uma forte tendência de privatização das políticas e dos serviços sociais.

A cultura da crise (MOTA, 1995) disseminada pelos setores econômicos, impõe como medidas necessárias para o seu enfrentamento a realização de reformas no sistema de seguridade social, sob a reorientação das políticas sociais, que sublinha a garantia de mínimos sociais para a população mais pauperizada. Desse modo, a narrativa da privatização dos serviços públicos vigora como premissa para redenção da crise, reforçada pela Federação das Indústrias do Estado de São

Paulo (FIESP), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e pelo Instituto Liberal, grande veículo de difusão do pensamento liberal no Brasil, sobretudo, nas propostas do FMI, Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

3. Um ajuste (in)justo para a classe trabalhadora

A partir das análises foi possível identificar no documento elaborado pelo Banco Mundial, **Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil (2017)**, uma série de propostas para reformas no campo das políticas sociais, destacando que a raiz dos problemas fiscais no Brasil, decorrem dos gastos públicos ineficientes. “O Governo Brasileiro gasta mais do que pode e, além disso, gasta mal” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 11), neste trecho é possível identificar o conteúdo ideológico do ajuste fiscal com a criação da figura do “Estado gastador”. Nesta perspectiva, as reformas têm como fundamento o discurso da crise do sistema previdenciário, a suposta necessidade da reforma para reduzir custos e tornar o sistema mais “equitativo”. Além de enunciar o ataque aos direitos já adquiridos, considerando as “aposentadorias generosas” dos servidores públicos.

No âmbito da assistência social, as medidas de redução de custos alegam a necessidade de integração dos benefícios sociais em um só programa, uma vez que sua coordenação é insuficiente, e a multiplicidade e incoerência geram despesas regressivas, “(...) e podem reduzir os incentivos para que as famílias mais pobres busquem seu próprio sustento no mercado de trabalho” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 87). O teor das propostas explicita uma culpabilização do indivíduo por sua condição social, induzindo a uma noção de parasitismo das famílias que são beneficiárias dos programas de assistência social. Além disso, afirma a “generosidade” dos benefícios, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) equivalente a um salário mínimo, e traz como parte do pacote de reformas a redução dos benefícios, tendo como parâmetro o programa Bolsa Família que equivale a menos da metade de um salário por família.

Em linhas gerais, o Banco Mundial propõe instituir um padrão para o valor dos

benefícios, preservando o mínimo necessário para subsistência das famílias beneficiárias, alegando ser o meio mais eficiente de redução da pobreza, ao mesmo tempo em que evita gastos excessivos. Dessa forma, abre espaço para políticas sociais focalizadas, que garantam o mínimo necessário para a população mais pobre, numa perspectiva contrária à universalidade, um dos princípios norteadores da seguridade social.

Para o setor saúde, as propostas para tornar os serviços mais eficientes com a manutenção do nível de recursos já investidos sugerem políticas de incentivos aos profissionais, mediante o pagamento por desempenho e disseminação dos modelos de gestão por Organizações Sociais (OS), delegando ao setor privado a promoção dos serviços públicos que são responsabilidade do Estado. No âmbito da saúde as noções de produtividade, competitividade, meritocracia e gerencialismo são emblemáticas do projeto conservador.

Já na educação (em especial a superior), é enfatizada a necessidade de introduzir mensalidades nas universidades federais, de forma a tornar mais “equitativo”, sugerindo a oferta de bolsas para aqueles estudantes que não podem pagar as tarifas. Sob esta orientação a educação superior passa a considerar um gasto (excessivo) de forma que o Estado deveria incentivar a esfera privada na oferta de serviços educacionais, sobretudo, através das ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICS).

Nesse sentido, as medidas de ajuste fiscal se configuram em um tipo de conservadorismo econômico apoiado em um conservadorismo ideológico, que recuperam a noção de Estado mínimo como solução para o equilíbrio fiscal do Estado. É esta concepção de Estado (mínimo) que cria situações de ameaça às condições de sobrevivência das classes subalternas, através da corrosão dos mecanismos de proteção social. Sob as medidas de ajuste fiscal, o Brasil tem vivenciado uma ofensiva ultraliberal conservadora expressa através de uma narrativa liberalizante e ortodoxa que objetiva gerar oposições tais como: equilíbrio fiscal versus garantia de direitos sociais.

O programa de ajuste defendido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pela Fundação Ulysses Guimarães no documento Uma Ponte para o

Futuro (2015), vem reafirmar o discurso da crise fiscal do Estado brasileiro

[...] com déficits nominais de 6% do PIB em 2014 e de inéditos 9% em 2015, e uma despesa pública que cresce acima da renda nacional, resultando em uma trajetória de crescimento insustentável da dívida pública que se aproxima de 70% do PIB, e deve continuar a se elevar, a menos que reformas estruturais sejam feitas para conter o crescimento da despesa (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015 p. 2).

Vale salientar que o documento foi elaborado pelos mesmos grupos que articularam o impeachment desferido contra a presidente Dilma Rousseff em 2016, alimentando, previamente, uma opinião pública de transformações necessárias no cenário político e econômico brasileiro, à luz das reformas estruturais, com vistas a criar uma base de legitimação social para implementação das ações do programa neoliberal. Esta proposta tem um conteúdo ideológico de cunho conservador que prega valores como a pacificação, harmonia, ordem e coesão social em defesa do desenvolvimento e do bem-estar nacional.

Nesse sentido, consideramos que a gestação, por parte das elites, de uma cultura da crise é difundida para obter a legitimação da sociedade para implementação das contrarreformas e das medidas promovidas pelo ajuste fiscal. Assim, as classes dominantes ancoradas no pensamento conservador, conseguem o apoio das classes subalternas à agenda econômica neoliberal, por meio do discurso de preservação da ordem e dos costumes, de pacificação da sociedade, sobretudo, o apelo ao fundamentalismo religioso, bem como, o discurso de ódio e da intolerância aos direitos das mulheres, do povo negro, da comunidade LGBTQIA+, etc., configurando as expressões mais perversas do conservadorismo moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas foi possível identificar de que forma o mecanismo ideológico do ajuste fiscal reproduz o discurso neoliberal a favor das medidas de austeridade econômica, alimentando na opinião pública a cultura da crise e a necessidade das reformas estruturais, que colocam os países da periferia às ordens do capital financeiro hegemônico, através da disseminação da figura do “Estado gastador”.

As recentes alterações legislativas como a PEC 95 que limita o teto de gastos, a Lei da Terceirização, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência demonstram o teor regressivo e conservador intrínseco à contrarreforma do Estado, e o avanço do projeto de ajuste fiscal no cenário brasileiro. Este projeto expressa a tentativa de controle da máquina estatal, submetendo suas ações ao movimento do mercado, no sentido de reduzir suas funções sociais. Verifica-se uma forte tendência de desfinanciamento das políticas e dos serviços sociais, atrelado ao rebaixamento dos custos da força de trabalho e a desintegração dos sistemas de proteção social. Desse modo, tais medidas são fundamentadas no projeto conservador e fazem parte da pauta da nova direita brasileira presente no Estado e na sociedade civil.

O conservadorismo que ressurgiu no Brasil, a partir de 2013, se consolidou após 2016. No cenário atual, o novo conservadorismo à brasileira constitui-se como um movimento que associa os princípios do liberalismo econômico, baseados na defesa do mercado e a subordinação do Estado à sua lógica, realizando contrarreformas econômicas e legislativas para promover o ajuste fiscal permanente, concomitante, ao desfinanciamento dos serviços sociais. Um novo elemento deste conservadorismo é a incorporação do conservadorismo moral e de costumes com forte cariz religioso, o discurso pró armamentista, o militarismo, o anticomunismo, e a defesa de uma posição geopolítica subalterna do Brasil em relação ao norte global, características fortemente presentes no discurso do atual presidente Jair Bolsonaro.

Não se pretende aqui esgotar a discussão em torno do complexo e multidimensional processo de ajuste fiscal enquanto um projeto conservador, considerando a complexidade das dinâmicas sociais que envolvem os atores em presença. Mas a compreensão do conservadorismo e das suas particularidades na realidade brasileira nos dias de hoje pode contribuir para desvelar esse cenário desafiante para as classes trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda**

de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BONOTTO, D. L.; SCHELLER, M.; KRIPKA, R. M. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Investigaciones UNAD**. Bogotá, v. 14, n. 2, p. 55-73, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/issue/view/148>. Acesso em: 26. Out. 2020.

DEMIER, F. HOEVELER, R. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

DIEESE. **Trabalho por conta própria cresce na pandemia e fica mais precarizado**. Boletim Emprego em Pauta. n.22, mai. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 6 ed. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PMDB. **Uma Ponte Para o Futuro**. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 11. Mar. 2021.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Acesso em: 11. Nov. 2020.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: relatório final. [livro eletrônico]. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2022.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LOPES, Vinícius Rafael. **O fenômeno do conservadorismo na produção de conhecimento em serviço social: rebatimentos à direção social do projeto profissional**. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

MAGALHÃES, Matheus. Sistema da dívida e os novos pacotes de ajuste fiscal. **Advir**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 51-62, jul. 2017.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008).** 2009. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil.** São Paulo: Todavia, 2021.

SOUZA, J. M. A. de. **Tendências ideológicas do conservadorismo.** 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, J. M. A. de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 199-223, abr./jun. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000200199&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 14. Mar. 2021.